

MENSAGEM N° 122

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação do Senhor **CLEMENTE DE LIMA BAENA SOARES**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Peru.

As informações relativas à qualificação profissional do Senhor **CLEMENTE DE LIMA BAENA SOARES** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 31 de março de 2023.

EM nº 00047/2023 MRE

Brasília, 22 de Março de 2023

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **CLEMENTE DE LIMA BAENA SOARES**, ministro de primeira classe da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto à República do Peru, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2. O atual ocupante do cargo, **SÉRGIO FRANÇA DANESE**, deverá ser removido no contexto da renovação periódica das chefias das Missões Diplomáticas brasileiras, prevista no art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006.

3. Encaminho, anexas, informações sobre o país e curriculum vitae de **CLEMENTE DE LIMA BAENA SOARES** para inclusão em Mensagem que solicito ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Mauro Luiz Lecker Vieira



Presidência da República
Casa Civil

OFÍCIO N° 140/2023/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

A Sua Excelência o Senhor
Senador ROGÉRIO CARVALHO SANTOS
Primeiro Secretário
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor CLEMENTE DE LIMA BAENA SOARES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Peru.

Atenciosamente,

RUI COSTA
Ministro de Estado da Casa Civil
da Presidência da República



Documento assinado eletronicamente por **Rui Costa dos Santos, Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República**, em 04/04/2023, às 20:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **4101215** e o código CRC **FA649E7A** no site:
[https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?
acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00001.002899/2023-90

SUPER nº 4101215

Palácio do Planalto - 4º andar - Sala: 426

Telefone: 61-3411-1121

CEP 70150-900 Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE *CLEMENTE DE LIMA BAENA SOARES*

CPF.: 222.998.311-34

ID.: 3386 MRE

20/03/1958 Filho de João Clemente Baena Soares e Gláucia de Lima Baena Soares, nasce em 20 de março, em Lisboa, Portugal(brasileiro, de acordo com o art. 129, inciso II, da Constituição de 1946)

Dados Acadêmicos:

1982 Curso de Preparação à Carreira Diplomática - IRBr
1991 Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas - IRBr
2005 Curso de Altos Estudos - IRBr, Tese: "O Processo legislativo e a aprovação de acordos internacionais assinados pelo Brasil"

Cargos:

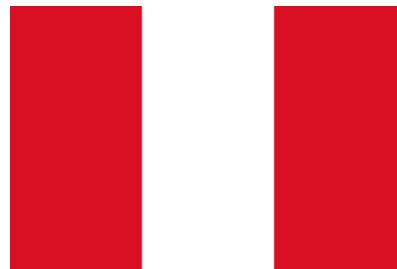
1983 Terceiro-secretário
1987 Segundo-secretário
1994 Primeiro-secretário, por merecimento
2001 Conselheiro, por merecimento
2006 Ministro de segunda classe
2012 Ministro de primeira classe

Funções:

1984-1986 Divisão de Transmissões Internacionais, assistente
1986-1987 Departamento Econômico, assessor
1987-1991 Embaixada em Buenos Aires, terceiro-secretário e segundo-secretário
1991-1994 Embaixada no México, segundo-secretário
1994-1997 Secretaria-Geral, Núcleo de Divulgação do Brasil no Exterior, assistente
1997-2001 Missão junto à OEA, Washington, primeiro-secretário
2001-2003 Assessoria de Relações com o Congresso, assessor
2003-2005 Assessoria Especial de Assuntos Federativos e Parlamentares, assessor
2005-2009 Divisão da América do Sul II, chefe
2009-2010 Embaixada em Paramaribo, ministro-conselheiro
2010-2011 Divisão de América do Sul II, chefe
2011-2016 Departamento da América do Sul II, diretor
2016-2021 Embaixada em São Domingos, embaixador
2021- Consulado-geral em Barcelona, cônsul-geral

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

PERU



INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Março de 2023

APRESENTAÇÃO

A República do Peru está localizada na porção oeste da América do Sul. O Peru tem seu litoral banhado pelo Oceano Pacífico a oeste e faz fronteira, ao norte, com Equador e Colômbia; a leste, com o Brasil; e a sudeste, com Bolívia e Chile. A sua geografia é variada, incluindo planícies áridas na costa do Pacífico, picos nevados da Cordilheira dos Andes e a floresta amazônica. Está entre os países com maior diversidade biológica do mundo e conta com abundância de recursos minerais.

Com um território de 1.285.216 km², o Peru é o 20º país mais extenso do mundo. A população peruana é de aproximadamente 33,5 milhões de habitantes, sendo o quarto país mais populoso da América do Sul.

Berço do Império Inca e, mais tarde, vice-reinado do Império Espanhol, o Peru teve sua independência declarada em 1821, por José de San Martín. A consolidação do processo de independência ocorreu em 1824, com a derrota imposta às tropas espanholas remanescentes.

PERFIL BIOGRÁFICO

DINA BOLUARTE **PRESIDENTE DA REPÚBLICA**



Nascida em 31 de maio de 1962, em Chalhuanca, departamento de Apurímac. É advogada formada pela Universidade de San Martín de Porres, mestre em Direito Notarial e Registral. Foi chefe da oficina de registros de Surco, distrito de Lima (2015-2021). Foi diretora de Bem-Estar Social no Colégio de Advogados de Lima e, em 2018, foi candidata à prefeitura de Surquillo pelo partido Perú Libre. Em 2021, assumiu a vice-presidência do Peru com a eleição de Pedro Castillo. No governo Castillo, Boluarte acumulou o cargo de ministra de Desenvolvimento e Inclusão Social, renunciando em novembro. Tornou-se a primeira mulher a assumir

a presidência do Peru após a vacância de Castillo, em 7 de dezembro de 2022.

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	República do Peru
CAPITAL	Lima
ÁREA	1.285.216 km ²
POPULAÇÃO (FMI, 2022)	34,5 milhões
IDIOMAS OFICIAIS	Espanhol. Há áreas onde predominam quíchua, aimará e demais línguas nativas.
SISTEMA POLÍTICO	República Presidencialista
CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO	Dina Boluarte (desde 07/12/2022)
CHANCELER	Ana Cecilia Gervasi (desde 10/12/2022)
PIB (FMI, 2021)	US\$ 225,94 bilhões
PIB PPP (FMI, 2021)	US\$ 474,37 bilhões
PIB <i>per capita</i> (FMI, 2021)	US\$ 6,68 mil
PIB PPP <i>per capita</i> (FMI, 2021)	US\$ 14,02 mil
VARIAÇÃO DO PIB (FMI)	2,7% (2022, est), 13,6% (2021), -11,2% (2020), 2,2% (2019), 3,9% (2018), 2,4% (2017), 4,0% (2016), 3,3% (2015), 2,4% (2014), 5,8% (2013)
IDH (PNUD, 2021)	0,762 (84º)
TAXA DE ALFABETIZAÇÃO (PNUD, 2020)	94,4%
EXPECTATIVA DE VIDA (PNUD, 2021)	72,4 anos
UNIDADE MONETÁRIA	Sol
EMBAIXADOR EM LIMA	Sergio França Danese
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	Rómulo Fernando Acurio Traverso
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA (2021)	Cerca de 6,9 mil

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ milhões FOB)

Brasil–Peru	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2022-2021
Intercâmbio	3.919	3.529	3.072	3.185	3.865	3.969	3.752	2.390	4.256	4.917,9	+15,6%
Exportações	2.147	1.818	1.816	1.949	2.245	2.155	2.216	1.659	3.074	3.481,1	+13,2%
Importações	1.771	1.712	1.256	1.236	1.620	1.814	1.536	730	1.181	1.436,8	+21,6%
Saldo	376	106	559	713	625	341	680	929	1.893	2.044,3	

RELAÇÕES BILATERAIS

Brasil e Peru mantêm Aliança Estratégica desde 2003. Entre os principais temas da relação bilateral estão a integração fronteiriça, o combate a ilícitos transnacionais, o adensamento dos laços econômico-comerciais e a cooperação técnica. O Brasil ocupa, atualmente, o quarto lugar em termos de fluxo de comércio com o Peru.

Em 2022, o intercâmbio Brasil-Peru manteve o crescimento após a forte recuperação de 2021, chegando a novo recorde no fluxo, com US\$ 4,92 bi. Manufaturados e semimanufaturados (US\$ 2,8 bi de US\$ 3,5 bi) representaram 80% das vendas brasileiras. Em nossas exportações, destacaram-se veículos e produtos automotivos, barras de ferro e aço, papel e cartão. Nossas compras concentraram-se em cobre (29% do total), minérios, fertilizantes e produtos químicos. O investimento direto do Brasil no Peru totalizou US\$ 1,08 bilhão em 2018. Os principais setores em que o Brasil investe são construção (47,8%) e indústrias manufatureiras (29,4%). O investimento direto do Peru no Brasil totalizou US\$ 248 milhões em 2018.

O relacionamento bilateral sofreu esfriamento na década de 2010, devido aos desdobramentos da Operação Lava Jato no Peru, que desencadearam crise política de grandes proporções. Em dezembro de 2018, foi assinado convênio de “colaboração eficaz” entre a Odebrecht e o Estado peruano, o que contribuiu para a reaproximação entre os dois países. A convite do então Presidente Jair Bolsonaro, o Presidente Pedro Castillo realizou visita a Porto Velho (RO), em 3 de fevereiro de 2022. Tratou-se da primeira visita presidencial bilateral desde 2013. Por ocasião da visita, adotou-se Declaração Presidencial Conjunta que registrou avanços e compromissos em diversas áreas da relação bilateral. Em 13 de dezembro, a recém-nomeada chanceler Ana Cecilia Gervasi manteve contatos telefônicos com o então chanceler Carlos França e com o chanceler, designado, Mauro Vieira para apresentar-se e informar da evolução da situação política no Peru. Em razão de dificuldades com os trâmites necessários no Congresso peruano, e diante da inexistência de indicação constitucional para substituição da Presidente no caso de viagem internacional, Boluarte não participou da posse presidencial no Brasil. Em seu lugar, o Peru foi representado pelo presidente do Conselho de Ministros, Luís Alberto Otárola, na qualidade de chefe de governo.

Um dos desafios da relação é a dinamização da agenda econômico-comercial. Em abril de 2016, os dois países assinaram Acordo de

Ampliação Econômico-Comercial (AAEC), que contempla investimentos, serviços e compras governamentais. Trata-se do primeiro instrumento internacional com capítulo sobre compras governamentais assinado pelo Brasil. O acordo foi aprovado pelo Congresso Nacional em março de 2017, mas sensibilidades políticas do governo peruano, relacionadas à mencionada crise política, dificultaram o andamento dos trâmites internos no país vizinho. Desde sua ascensão ao poder, a Presidente Dina Boluarte tem dado sinais, por meio de canais diplomáticos e em declarações públicas, da disposição em avançar no relacionamento bilateral com o Brasil, tendo o premiê Alberto Otárola e a chanceler Ana Cecilia Gervasi mencionando textualmente a necessidade de avançar na negociação do AAEC.

A integração fronteiriça é outro tema fundamental do relacionamento bilateral. O Brasil divide com o Peru sua segunda fronteira mais extensa (2.995 km), atrás apenas daquela compartilhada com a Bolívia. Por acordo assinado em 2009 (mas ainda não ratificado pela parte brasileira), criou-se a Comissão Vice-Ministerial de Integração Fronteiriça Brasil - Peru (CVIF), no âmbito da qual são tratados temas como controle fronteiriço integrado; transportes; saúde na fronteira; cooperação ambiental fronteiriça; e temas indígenas. A sexta e última edição da CVIF teve lugar em 16 de setembro de 2020, em formato de videoconferência.

O combate a ilícitos transnacionais, sobretudo o narcotráfico, é de grande importância na agenda bilateral. Uma parcela substantiva da cocaína produzida no Peru transita por território brasileiro rumo a grandes mercados consumidores da droga, sobretudo na Europa. A baixa densidade populacional da zona fronteiriça e sua porosidade são desafios que requerem coordenação crescente entre o Brasil e o Peru. A última edição da Comissão Mista sobre Drogas e Delitos Conexos Brasil-Peru foi realizada em 2021 e resultou em 16 compromissos nas áreas de controle de oferta de drogas, prevenção, cooperação jurídica internacional, cooperação em toxicologia forense, cooperação entre agências de inteligência e tratamento e reinserção social de usuários de drogas.

A III Reunião da Comissão Binacional Fronteiriça (COMBIFRON) Brasil-Peru foi realizada em Brasília, entre 15 e 19 de agosto de 2022. O foro trata do intercâmbio de informações de inteligência. Foram discutidos os temas de narcotráfico, operações policiais de fronteira, segurança cibernética, mineração ilegal, tráfico ilícito de armas e de madeira, organizações criminosas e migração irregular na fronteira comum. Ao longo das discussões, o lado peruano manifestou interesse na realização de operações conjuntas e/ou espelhadas. O tema do combate aos delitos cibernéticos despertou grande interesse da delegação peruana. A IV COMBIFRON deverá ocorrer em Lima, em meados de 2023.

O Brasil mantém com o Peru extenso programa de cooperação técnica. As iniciativas em execução abrangem as áreas de saúde, recursos hídricos, aquicultura, desenvolvimento social, trabalho, entre outras. O Brasil tem, também, prestado assistência humanitária ao país vizinho, por meio de doação de medicamentos e de apoio em situações de desastres naturais. No contexto da pandemia de COVID-19, o governo brasileiro realizou doações de 50 mil testes moleculares para a detecção da doença, bem como de 330 ventiladores pulmonares mecânicos ao governo peruano.

No que se refere a contatos de alto nível, o vice-presidente Hamilton Mourão realizou visita a Lima, no período de 23 a 25 de outubro de 2019. Na ocasião, o senhor vice-presidente da República manteve encontros com os então Presidente, chanceler e ministro da Defesa. Ademais, participou de encontro empresarial intitulado “Perspectivas das Relações Econômico-Comerciais Brasil-Peru”. Também presidiu ato de assinatura da carta de intenções para a cessão onerosa à Marinha do Peru de submarinos brasileiros da classe IKL.

Em 8 de novembro de 2019, teve lugar encontro bilateral entre chanceleres à margem da XVI reunião de Ministros das Relações Exteriores do Grupo de Lima, realizada em Brasília. O então secretário-geral das Relações Exteriores, embaixador Otávio Brandelli, realizou visita a Lima, em 26 de março de 2019, ocasião em que presidiu o mecanismo bilateral de consultas políticas e manteve contatos com autoridades locais.

Em 28 de julho de 2021, o senhor vice-presidente da República, acompanhado pelo ministro das Relações Exteriores, embaixador Carlos Alberto Franco França, compareceu à cerimônia de posse presidencial de Pedro Castillo, em Lima.

Em 3 de fevereiro de 2022, o senhor Presidente da República encontrou-se com sua contraparte peruana em Porto Velho. Na ocasião, os dois países reafirmaram decisão de construir uma aliança estratégica bilateral.

Assuntos consulares: Estima-se em cerca de 6,9 mil o número de brasileiros no país andino. O setor consular da Embaixada do Brasil em Lima tem jurisdição sobre todo o território peruano, à exceção do Departamento de Loreto, que é coberto pelo Consulado do Brasil em Iquitos. O Brasil conta, ainda, com quatro consulados honorários no Peru: Arequipa, Cusco, Pucallpa e Puerto Maldonado. Em 2022, o Brasil anunciou a abertura de Vice-Consulado em Cusco, que deverá entrar em funcionamento em 2023, passando o Consulado de Iquitos também à condição de Vice-Consulado.

Empréstimos e financiamentos oficiais: Não há, atualmente, nenhuma operação relevante que envolva exportação ao Peru no âmbito do Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações (COFIG).

POLÍTICA INTERNA

O Peru é uma república presidencial dotada de sistema multipartidário. Sob a atual Constituição, o Presidente é o chefe de Estado e de governo, eleito para um mandato de cinco anos. O Presidente designa um Conselho de Ministros, composto pelos chefes de cada pasta e por um presidente do Conselho, que atua como porta-voz do governo. O Congresso é unicameral, composto por 130 membros eleitos para mandatos de cinco anos, coincidindo com o mandato presidencial.

Conforme determinado na Constituição, a República do Peru é um estado unitário e descentralizado. Administrativamente, o país é dividido em departamentos, províncias, distritos e centros populacionais. É constituído por 24 departamentos e pela Província de Callao.

O Poder Judiciário é independente e tem como órgão máximo a Corte Suprema de Justiça, composta por treze juízes. A Corte é responsável por aprovar a Política Geral do Poder Judiciário. O Tribunal Constitucional é o órgão supremo de interpretação e controle da constitucionalidade no Peru. É autônomo e independente. O Tribunal é composto por sete membros eleitos pelo Congresso por um período de cinco anos, não havendo a possibilidade de reeleição imediata.

A destituição de Pedro Castillo em dezembro de 2022 foi o desdobramento mais recente em um país que vive em instabilidade política desde 2016. Em seis anos, o país teve seis presidentes, quatro legislaturas, doze gabinetes ministeriais e mais de duzentos ministros de estado.

Confrontado com a possibilidade de uma terceira tentativa de impedimento, em 7 de dezembro, Castillo comunicou a decisão de estabelecer "um Governo de exceção, orientado a restabelecer o estado de direito e a democracia". Anunciou a "dissolução temporária do Congresso e a instauração de um governo de emergência excepcional", além da convocação de eleições para um novo congresso com faculdades constituintes. Declarou o sistema de justiça "em reorganização", informou que governaria por decreto-lei até novas eleições e decretou toque de recolher em todo o país.

A ação foi rotulada por críticos e ex-apoiadores como tentativa de "golpe de estado", e teve como consequência imediata a renúncia de nove dos dezoito ministros. Também expuseram sua discordância a vice-presidente Dina Boluarte, o Presidente da Suprema Corte do Peru e as Forças Armadas. Caracterizado o isolamento de Castillo, o Congresso votou pela vacância do então Presidente. A vice-presidente Dina Boluarte foi convocada para prestar juramento e empossada como a nova mandatária do país. Castillo encontra-se em prisão temporária (18 meses).

A avaliação da resposta do governo aos protestos divide a sociedade peruana, sobretudo no que se refere aos episódios de violência e ao registro de quantidade considerável de mortos.

Apesar da perda de ímpeto, os protestos seguem sem liderança política ou agenda clara. É possível, entretanto, identificar algumas demandas recorrentes nas manifestações: i) renúncia da presidente Dina Boluarte; ii) convocação de assembleia constituinte; e iii) fechamento do Congresso. Observadores locais entendem que a insatisfação com a queda de Castillo seria página virada. As manifestações refletem, também, uma rejeição ao sistema político e a percepção de negligência em relação às comunidades do interior.

Boluarte buscou acordo para adiantar as eleições gerais para abril/2024 – o pleito originalmente está previsto para 2026. Com a persistência da instabilidade política, dá sinais de que contemplaria adiantar as eleições para 2023, com a convocação de assembleia constituinte. Há resistências à antecipação das eleições de parte de número significativo de parlamentares.

POLÍTICA EXTERNA

A política externa do Peru se caracteriza pela ênfase na agenda econômica, com busca de oportunidades de ampliação de comércio e investimentos e de diversificação de parcerias, sobretudo por meio de tratados de livre comércio. No plano regional, a participação na Aliança do Pacífico e o tratamento da situação na Venezuela por meio do Grupo de Lima ocupam lugar de destaque. A partir de 2020, com o agravamento da crise política e dos efeitos da pandemia do novo coronavírus, a política exterior tem-se concentrado na busca de acordos de fornecimento de vacinas. Durante o governo Castillo, o Peru buscou manter relações construtivas e pragmáticas com seus parceiros internacionais, apresentando-se como “sócio confiável” no tocante às relações econômicas e comerciais. Registrhou-se, ainda, maior aproximação com a América do Sul e certo grau de autonomia com relação aos Estados Unidos. É cedo para que se possa identificar as principais linhas de ação da política externa da Presidente Boluarte.

Permanece como objetivo da diplomacia peruana questões como a adesão, como membro pleno, à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Em janeiro de 2022, o Conselho da OCDE iniciou tratativas para a ação do Peru como membro da organização. Em junho, a organização aceitou formalmente o roteiro para a entrada do país.

Outro eixo de atuação tem sido a contínua atuação na Aliança do Pacífico e a busca do aprofundamento das relações com a Ásia-Pacífico e, especialmente, com o Fórum de Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (APEC). Além disso, no segundo semestre de 2021, o Peru foi o 8º país a ratificar o Acordo Abrangente e Progressivo para a Parceira Transpacífica (CPTPP, na sigla em inglês).

A participação peruana na UNASUL está suspensa desde 2018, e o Peru participou da iniciativa de estabelecimento do PROSUL. Ainda no que se refere à atuação na esfera regional, o Peru privilegia o tratamento do tema da preservação e da promoção do desenvolvimento sustentável na Amazônia no âmbito da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA).

Desde 2014, a China é o principal parceiro comercial peruano, seguida dos EUA. Peru e China assinaram acordo de livre-comércio em 2009 e, atualmente, estão debruçados em processo negociador para revisá-lo e ampliá-lo. Em 2021, as exportações peruanas para a China foram de US\$ 14,1 bilhões, registrando 33,4% do total do valor total. Os EUA, por sua vez, representaram 13,1% do total exportado pelo Peru em 2021.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

O Peru adotou, desde a década de 1990, modelo de desenvolvimento econômico com ênfase na abertura comercial e nos tratados de livre comércio. Hoje, o país possui acordos comerciais com mais de 20 países, é membro da Aliança do Pacífico e do Fórum de Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (APEC) e foi, ademais, signatário do acordo para o estabelecimento da Parceria Transpacífica (TPP). Nos anos 2000, o país beneficiou-se do “boom das commodities” para alcançar altos níveis de crescimento econômico, vinculados, em grande parte, às exportações de minérios.

Em 2022, a economia peruana cresceu 2,7%, arrefecendo o ritmo de recuperação do ano anterior, quando se registrou alta de 13,6% no PIB. Em 2020, houve contração de 11,2% do PIB, o primeiro recuo desde 1999. Para 2022, estima-se um crescimento de cerca de 2,7%.

A queda do PIB em 2020 decorreu da quarentena nacional imposta de março a junho de 2020, que, de início, suspendeu praticamente todas as atividades à exceção de serviços essenciais (supermercados, farmácias e bancos). A lenta reabertura dos setores produtivos, cujo cronograma se estendeu de maio a setembro, pouco facilitou a retomada da economia.

Em 2021, a recuperação foi liderada por um aumento no consumo dos lares e os investimentos no setor de construção. Destaca-se, ademais, a

melhoria dos termos de troca e uma forte retomada das exportações nacionais.

A alta informalidade, estimada em 80% do total de trabalhadores, é um dos principais obstáculos da economia peruana, pois reduz a produtividade e oferece menor proteção social aos trabalhadores, tendo presente que não existe serviço universal de saúde no país e somente os trabalhadores formais estão amparados pelo seguro social de saúde (EsSalud).

Manteve-se sólida a posição fiscal do Peru, dado que a dívida pública (35,5% do PIB) se encontra bem abaixo da média dos países da América Latina (81,6% do PIB) e dos países emergentes (62,2% do PIB). Há, também, “colchão” cambial que afasta qualquer risco imediato de insolvência externa, com reservas que chegam a US\$ 75 bilhões.

Outro desafio, no plano econômico, é destravar os investimentos em infraestrutura, que se encontram prejudicados desde a eclosão da crise política decorrente dos desdobramentos da Operação Lava Jato no Peru, os quais afetaram severamente diversos projetos então a cargo da Odebrecht e o crescimento do PIB peruano.

O intercâmbio comercial peruano de 2021 registra aumento, com exportações de US\$ 42 bilhões (+10,2% em relação a 2020) e importações de US\$ 40,6 bilhões (+24%). O superávit no ano foi de US\$1,6 bilhão.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1532	O espanhol Francisco Pizarro conquista a capital sul do império Inca, atual Cusco.
1535	É fundada Ciudad de los Reyes, hoje Lima. Rica em prata, ouro e mercúrio, a colônia é elevada a Vice-Reinado do Peru.
1780-83	Tupac Amaru II lidera uma revolta contra a escravidão que se estende até a Bolívia.
1820	O argentino José de San Martín inicia a luta contra os espanhóis, que seriam finalmente derrotados, em 1824, pelas tropas de Antonio José Sucre. O desfecho militar assegura a independência peruana, já declarada por San Martín em 1821.
1828	O país adota a Constituição Liberal Independente, e o governo do mestiço Ramón Castilla (1845-1851 e 1855-1862) liberta os indígenas do pagamento de tributos e os negros, da escravidão.
1879-84	Guerra do Pacífico: o Peru perde para o Chile o controle das jazidas de nitrato no deserto de Atacama e na província de Tarapacá.
1924	Haya de la Torre funda a nacionalista Aliança Popular Revolucionária Americana (APRA).
1963	Fernando Belaúnde Terry, da Ação Popular (AP), é eleito presidente e

	inicia a reforma agrária.
1968	Belaúnde é deposto pelo general nacionalista Juan Velasco Alvarado, que expropria empresas petrolíferas dos Estados Unidos.
1975	Alvarado é deposto pelo general conservador Morales Bermúdez, que devolve o poder aos civis em 1979.
1980	Belaúnde reelege-se presidente. O grupo Sendero Luminoso (inspirado nas idéias do líder comunista chinês Mao Tsé-Tung) inicia atividades terroristas em Ayacucho.
1985	Alan García (APRA) torna-se presidente e decreta moratória da dívida externa. A tentativa de estatizar o sistema bancário leva à formação de frente oposicionista liderada pelo escritor Mario Vargas Llosa.
1990	A inflação chega a 7.600%, e aumentam as greves e o terror senderista. Vargas Llosa perde as eleições presidenciais para o independente Alberto Fujimori.
1992	Fujimori fecha o Congresso e suspende as garantias constitucionais, no episódio conhecido como autogolpe. O líder máximo do Sendero Luminoso, Abimael Guzmán, é capturado, julgado e condenado à prisão perpétua.
1993	Nova Constituição prevê a reeleição presidencial e a pena de morte para terroristas. Surgem denúncias de violação de direitos humanos. Fujimori é reeleito.
1996	Na tentativa de libertar líderes presos, o Movimento Revolucionário Tupac Amaru (MRTA) invade a embaixada do Japão durante uma festa e faz mais de 500 reféns.
1997	A embaixada japonesa é invadida por militares, que libertam 72 reféns remanescentes e matam os 14 seqüestradores.
2000	Fujimori é eleito presidente para um novo mandato, após boicote de Alejandro Toledo no segundo turno. Escândalos políticos levam Fujimori a afastar Montesinos – seu braço direito – e anunciar a redução de seu mandato para um ano. Em setembro, aproveitando viagem à Ásia, Fujimori desembarca no Japão e renuncia. Descobre-se que ele havia mantido a cidadania japonesa, além da peruana. O Congresso não aceita a renúncia e destitui Fujimori por "incapacidade moral".
2001	Após disputa acirrada no segundo turno com García, Alejandro Toledo vence, em junho, as eleições presidenciais, com 53,1% dos votos.
2003	Toledo pede publicamente desculpa pelas violações aos direitos humanos pelo Estado peruano nas décadas de 1980 e 1990.
2004	A violência senderista ressurge com o assassinato de políticos na região de Ayacucho.
2006	Alan García, do APRA, torna-se presidente, pela segunda vez, após derrotar Ollanta Humala, da "Unión por el Perú", no segundo turno.

2008	O Presidente do Conselho de Ministros Jorge del Castillo coloca, formalmente, todo o gabinete à disposição do Presidente García.
2009	Os Tratados de Livre Comércio Peru-EUA e Peru-Chile entram em vigor.
2011	Ollanta Humala é eleito presidente, após derrotar Keiko Fujimori, no segundo turno. Toma posse em julho. Em novembro, o Presidente do Conselho de Ministros Salomón Lemer Ghitis renuncia ao cargo, devido aos conflitos sociais no interior do país envolvendo exploração mineral. Em seu lugar assume Óscar Valdés. É a primeira de muitas renúncias que se seguirão nos próximos anos.
2012	Em julho, o Presidente do Conselho de Ministros Óscar Valdés renuncia ao cargo. Em seu lugar assume Juan Jiménez Mayor.
2013	Em outubro, o presidente do Conselho de Ministros Juan Jiménez Mayor renuncia ao cargo. Em seu lugar assume César Villanueva Arévalo em seu lugar.
2014	Em fevereiro, o presidente do Conselho de Ministros César Villanueva Arévalo renuncia ao cargo. Em seu lugar assume René Cornejo Díaz em seu lugar. Cornejo Díaz renuncia ao cargo cinco meses depois, sendo sucedido por Ana Jara Velásquez.
2015	Em março, o Congresso peruano aprovou moção de censura contra Ana Jara Velásquez, que deu lugar a Pedro Cateriano. Os escândalos de espionagem pela Direção de Inteligência, que realizavam trabalho de monitoramento ilegal de políticos e personalidades foram o pivô da votação.
2016	Pedro Pablo Kuczynski, do partido "Peruanos por el Cambio", é eleito presidente, após derrotar Keiko Fujimori, no segundo turno, por estreita margem.
2017	No âmbito das investigações sobre os esquemas de corrupção da Odebrecht no Peru, foi expedido, em fevereiro, mandado de captura internacional e apresentado pedido de extradição às autoridades norte-americanas em desfavor do ex-presidente Alejandro Toledo. Em julho, foi decretada prisão preventiva do ex-presidente Ollanta Humala. Também foi aberta investigação contra Keiko Fujimori por suposto recebimento de doação indocumentada. Em novembro, documentos apresentados revelaram que duas empresas à qual estava associado o presidente Kuczynski teriam recebido pagamentos da Odebrecht, inclusive durante período em que o mandatário peruano ocupou postos do alto escalão do governo de Toledo. Foi aberto processo de impedimento de Kuczynski, que não prosperou por estreita margem.
2018	Após a repercussão da divulgação de áudios onde congressistas aparecem oferecendo benefícios a colegas para que não apoiem um segundo pedido de impedimento do presidente, Kuczynski renuncia. Em seu lugar, Martín Vizcarra, primeiro vice-presidente, toma posse, em 23 de março.

2019	Vizcarra dissolve o Congresso e a vice-presidente, Mercedes Aráoz, renuncia.
2020	Novos parlamentares, eleitos em janeiro, aprovam moção de vacância contra Vizcarra, por “permanente incapacidade moral” em novembro. Francisco Sagasti assume a presidência do país.
2021	Pedro Castillo, do partido “Perú Libre”, é eleito Presidente, após derrotar Keiko Fujimori, no segundo turno, por estreita margem. Castillo é empossado em 28 de julho.
2022	Castillo anuncia dissolução do Congresso peruano, entre outras medidas, em ato que foi categorizado pelo país como tentativa de golpe de Estado. O presidente acaba destituído do cargo em votação congressual, por “incapacidade moral”. Assume a presidência Dina Boluarte, sem que haja um vice-presidente.
2023	Na continuidade de protestos sociais irrompidos ainda em dezembro de 2022, confrontos e tensões seguem até o momento (março).

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1826	O Peru, sob o governo de Simón Bolívar, designa José Domingos Cáceres como seu primeiro encarregado de negócios no Rio de Janeiro.
1828	Retirada de Domingos Cáceres do Rio de Janeiro após a assinatura do Tratado de Piquiza entre o Peru e a Bolívia. No Tratado, as duas repúblicas comprometiam-se a não estabelecer relações com o Brasil até que o Império celebrasse a paz com as Províncias Unidas (Argentina) na guerra Cisplatina.
1829	Duarte da Ponte Ribeiro é designado como primeiro encarregado de negócios do Império brasileiro em Lima.
1851	Assinatura da Convenção Especial de Comércio, Navegação e Limites com o Peru, que define a fronteira pelo rio Javari e pela linha Tabatinga-Apapóris, com base no uti possidetis, e concede ao Peru o direito de livre navegação pelo Amazonas.
1867	Brasil rompe relações diplomáticas com o Peru, em razão de apoio peruano ao Paraguai, na Guerra da Tríplice Aliança.
1869	Restabelecimento das relações diplomáticas
1876	É assinado o Acordo de Livre Navegação do Rio Içá ou Putumayo
1904	Novo Tratado de Limites bilateral ratifica a linha Tabatinga-Apapóris como limite.

1909	Assinatura do Tratado de Limites e Navegação bilateral, pelo qual é negociado o restante da fronteira com o Peru, correspondente ao território do Acre.
1925	Ata de Washington, firmada pelo Brasil, Colômbia e Peru, assegura a linha Tabatinga-Apapóris também como fronteira Brasil-Colômbia.
1942	Assinado o Protocolo do Rio de Janeiro. Brasil é um dos garantes do pacto, que delimita a fronteira em disputa entre o Peru e o Equador.
1981	Presidente João Figueiredo vai ao Peru (primeira visita de um Presidente brasileiro). Assinatura do Acordo sobre Interconexão Rodoviária.
1987	Criação do Grupo de Trabalho Binacional sobre Cooperação Amazônica e Desenvolvimento Fronteiriço.
1995	Reiniciam-se as hostilidades entre Peru e Equador pela disputa do Vale do Cenepa. Brasil atua como coordenador dos países-garantes do Protocolo de 1942 e patrocina a Declaração de Paz do Itamaraty.
1998	Assinatura dos Acordos de paz de Brasília entre Peru e Equador
2003	Presidente Lula visita Lima. São assinados o Acordo de Complementação Econômica MERCOSUL-Peru (ACE-58) e o Memorando de Entendimento em Matéria de Proteção e Vigilância da Amazônia, bases da "Aliança Estratégica" com o Peru, lançada na ocasião.
2005	Início das obras da Rodovia Interoceânica entre Brasil e Peru.
2009	Peru anuncia a adoção do padrão ISDB-T de televisão digital.
2009	Visita do presidente Lula a Lima, em 11 de dezembro, quando é assinado acordo que estabelece a Zona de Integração Fronteiriça Brasil-Peru (ZIF) e cria a Comissão Vice-Ministerial de Integração Fronteiriça (CVIF).
2011	Em setembro, é concluída a Rodovia Interoceânica, ligando o Estado do Acre ao Pacífico.
2011	O ministro das Relações Exteriores do Peru, Rafael Roncagliolo, realiza visita ao Brasil e é recebido pelo ministro das Relações Exteriores, Antonio de Aguiar Patriota.
2012	Visita ao Brasil do ministro das Relações Exteriores do Peru, Rafael Roncagliolo (março).
2012	Encontro do ministro de Estado Antonio de Aguiar Patriota com o Chanceler peruano Rafael Roncagliolo (agosto).

2013	Visita oficial da chanceler peruana Eda Rivas a Brasília e encontro com o ministro Antonio de Aguiar Patriota (julho).
2013	Visita oficial da presidente Dilma Rousseff ao Peru (novembro).
2014	O Presidente Ollanta Humala visitou o Brasil para participar das Cúpulas BRICS-Países da América do Sul e da Cúpula de Líderes da China e de Países da América Latina e Caribe (julho).
2015	V Reunião da Comissão Vice Ministerial de Integração Fronteiriça (V CVIF) e XI reunião de Consultas Políticas Brasil-Peru, copresididas pelo secretário-geral das Relações Exteriores, embaixador Sérgio Danese, e pelo vice-chanceler peruano, embaixador Julio Eduardo Martinetti (julho).
2016	Visita do ministro Mauro Vieira e do ministro Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Armando Monteiro Neto, a Lima; assinatura do Acordo de Ampliação Econômico-Comercial Brasil-Peru.
2017	Encontro entre o secretário-geral das Relações Exteriores, Marcos Galvão, o presidente do Peru, Pedro Paulo Kuczynski, e o chanceler do Peru, Ricardo Luna Mendoza.
2018	Viagem do Presidente Michel Temer ao Peru por ocasião da VIII Cúpula das Américas (abril).
2019	Visita do secretário-geral das Relações Exteriores, Otávio Brandelli, ao Peru (março). Visita do vice-presidente Antônio Hamilton Mourão ao Peru (outubro).
2020	VI Reunião da Comissão Vice Ministerial de Integração Fronteiriça (VI CVIF) e XII reunião de Consultas Políticas Brasil-Peru, copresididas pelo secretário-geral das Relações Exteriores, Embaixador Otávio Brandelli, e pelo vice-chanceler peruano, Embaixador Manuel Talavera (setembro). Assinatura de acordo por troca de notas do “Regulamento Geral dos Comitês de Fronteira entre a República Federativa do Brasil e a República do Peru”.
2021	Comparecimento do vice-presidente Antônio Hamilton Mourão e do Ministro das Relações Exteriores, Carlos Alberto Franco França, à cerimônia de posse presidencial de Pedro Castillo (julho).
2022	Visita do Presidente do Peru a Porto Velho, com reunião com o Presidente Jair Bolsonaro (fevereiro).

2023	Reunião de Consultas Políticas Brasil-Peru, copresidida pela secretária-geral das Relações Exteriores, embaixadora Maria Laura da Rocha, e pelo vice-chanceler peruano, embaixador Ignacio Higueras (fevereiro).
-------------	--

ACORDOS BILATERAIS

	Título	Data de celebração	Estado atual	Publicação no D.O.U.
1.	Convenção Especial de Comércio, Navegação Fluvial e Limites entre o Imperador do Brasil e a República do Peru	23/10/1851	Em vigor	-
2.	Acordo entre o Império do Brasil e a República do Peru sobre a Navegação do Rio Içá ou Putumayo	29/09/1876	Em Vigor	-
3.	Acordo entre o Império do Brasil e a República do Peru para a Recíproca Execução de Cartas Rogatórias	29/09/1879	Em Vigor	27/12/1879
4.	Acordo Ampliativo do que foi concluído em 29 de setembro de 1879, para a Recíproca Execução de Cartas Rogatórias entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da República do Peru	08/06/1891	Em Vigor	18/5/1893

5.	Tratado entre a República dos Estados Unidos do Brasil e a República do Peru para Completar a determinação das Fronteiras entre os dois países e Estabelecer Princípios Gerais sobre o seu Comércio e Navegação na Bacia do Amazonas	08/09/1909	Em Vigor	30/4/1910
6.	Convenção de Arbitragem Geral Obrigatória entre a República dos Estados Unidos do Brasil e a República do Peru	11/07/1918	Em Vigor	23/12/1918
7.	Convênio sobre Radioelétrico ou Radiotelegráfico entre a República dos Estados Unidos do Brasil e a República do Peru	31/12/1928	Em Vigor	8/2/1932
8.	Acordo sobre Transportes Aéreos entre os Estados Unidos do Brasil e a República do Peru	28/08/1953	Em Vigor	28/8/1957
9.	Acordo sobre Cooperação no Campo dos Usos Pacíficos da Energia Atômica entre a República dos Estados Unidos do Brasil e a República do Peru	30/11/1966	Em Vigor	8/8/1978
10.	Acordo de Intercâmbio Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Peru	29/01/1987	Em Vigor	26/11/1976

11.	Acordo sobre a Criação da Comissão Mista de Inspeção dos Marcos da Fronteira entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru	06/10/1975	Em Vigor	24/11/1975
12.	Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru	08/10/1975	Em Vigor	24/11/1976
13.	Acordo para a Conservação da Flora e da Fauna dos Territórios Amazônicos da República Federativa do Brasil e da República do Peru	07/11/1975	Em Vigor	24/11/1976
14.	Convênio de Cooperação Turística entre a República Federativa do Brasil e a República do Peru	07/11/1975	Em Vigor	30/11/1976
15.	Convênio de Abastecimento a Médio Prazo de Produtos entre a República Federativa do Brasil e a República do Peru	05/11/1976	Em Vigor	
16.	Convênio Comercial entre a República Federativa do Brasil e a República do Peru	05/11/1976	Em Vigor	3/8/1977
17.	Acordo para Utilização de Estações Costeiras e de Navios da Região Amazônica entre a República Federativa do Brasil e a República do Peru	05/11/1976	Em Vigor	8/2/1979

18.	Convênio sobre Transportes Fluviais entre a República Federativa do Brasil e a República do Peru	05/11/1976	Em Vigor	24/4/1979
19.	Convênio Comercial entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Peru	05/11/1976	Em Vigor	8/2/1979
20.	Acordo Sanitário para o Meio Tropical entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru	05/11/1976	Em Vigor	3/8/1977
21.	Tratado de Amizade e Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a República do Peru	16/10/1979	Em Vigor	31/7/1981
22.	Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru sobre Interconexão Rodoviária	26/06/1981	Em Vigor	29/4/1991
23.	Convênio sobre a Recuperação de Bens Culturais Roubados ou Exportados Ilicitamente entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru	26/02/1996	Em Vigor	10/4/2002
24.	Acordo de Assistência Judiciária em Matéria Penal entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru	21/07/1999	Em Vigor	30/10/2001

25.	Acordo Entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru Sobre a Cooperação Entre as Academias Diplomáticas de Ambos os Países	21/07/1999	Em Vigor	13/12/2000
26.	Acordo entre a República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru sobre Cooperação em Matéria de Prevenção do Consumo, Reabilitação, Controle da Produção e do Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas e seus Delitos Conexos	28/09/1999	Em Vigor	25/10/2002
27.	Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru sobre Cooperação e Coordenação em Matéria de Sanidade Agropecuária	06/12/1999	Em Vigor	28/8/2002
28.	Acordo de Cooperação Técnica na Área de Turismo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru	06/12/2002	Em Vigor	19/7/2006
29.	Tratado de Extradicação entre a República Federativa do Brasil e a República do Peru	25/08/2003	Em Vigor	20/7/2006
30.	Tratado sobre Transferência de Presos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru	25/08/2003	Em Vigor	16/10/2006

31.	Acordo de Cooperação para a Conservação e o Uso Sustentável da Flora e da Fauna Silvestres dos Territórios Amazônicos da República Federativa do Brasil e da República do Peru	25/08/2003	Em Vigor	2/8/2006
32.	Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República do Peru sobre Trabalho Remunerado para Dependentes de Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico de Missões Diplomáticas, Escritórios Consulares e Representações Permanentes de Organizações Internacionais	10/02/2004	Em Vigor	4/10/2006
33.	Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru sobre Facilitação para o Ingresso e Trânsito de seus Nacionais em seus Territórios	10/02/2004	Em Vigor	14/9/2005
34.	Convenção entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal com relação ao Imposto sobre a Renda	17/02/2006	Em Vigor	30/11/2009

35.	Acordo Quadro sobre Cooperação em Matéria de Defesa entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru	09/11/2006	Em Vigor	23/10/2013
36.	Acordo entre o Governo da República do Peru e o Governo da República Federativa do Brasil para Suprimir o Uso e a Apresentação do Carnê Internacional de Tripulante Terrestre (Troca de Notas)	28/04/2009	Em Vigor	26/12/2011
37.	Acordo Quadro entre a República Federativa do Brasil e a República do Peru para o Estabelecimento de uma Zona de Integração Fronteiriça Brasil-Peru	11/12/2009	Tramitação Congresso Nacional (Senado)	-
38.	Acordo-Quadro entre a República Federativa do Brasil e a República do Peru para o Estabelecimento de Sistemas de Controle Integrado em Postos de Fronteira do Brasil e do Peru	11/12/2009	Tramitação Ministérios/Casa Civil	-
39.	Acordo-Quadro entre a República Federativa do Brasil e a República do Peru sobre Localidades Fronteiriças Vinculadas	11/12/2009	Tramitação Ministérios/Casa Civil	-
40.	Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República do Peru para Facilitação do Trânsito de Veículos de Uso Particular	11/12/2009	Tramitação Congresso Nacional (Senado)	-

41.	Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru	11/12/2009	Em Vigor	11/12/2018
42.	Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru para Fornecimentos de Energia Elétrica ao Peru e Exportação de Excedentes ao Brasil	16/06/2010	Tramitação Ministérios/Casa Civil	-
43.	Acordo para a Integração Fronteiriça entre a República Federativa do Brasil e a República do Peru na Área de Telecomunicações	11/11/2013	Em Vigor	30/08/2019
44.	Acordo de Ampliação Econômico-Comercial entre a República Federativa do Brasil e a República do Peru	29/04/2016	Em ratificação da outra Parte	
45.	Acordo, por Troca de Notas, para o Estabelecimento dos Comitês de Fronteira entre a República Federativa do Brasil e a República do Peru e seu Regulamento Geral	16/09/2020	Em Vigor	16/09/2020

DADOS ECONÔMICOS E COMERCIAIS

Peru-Mundo, principais parceiros comerciais (2021)

Exportações (USD milhões)

Importações (USD milhões)

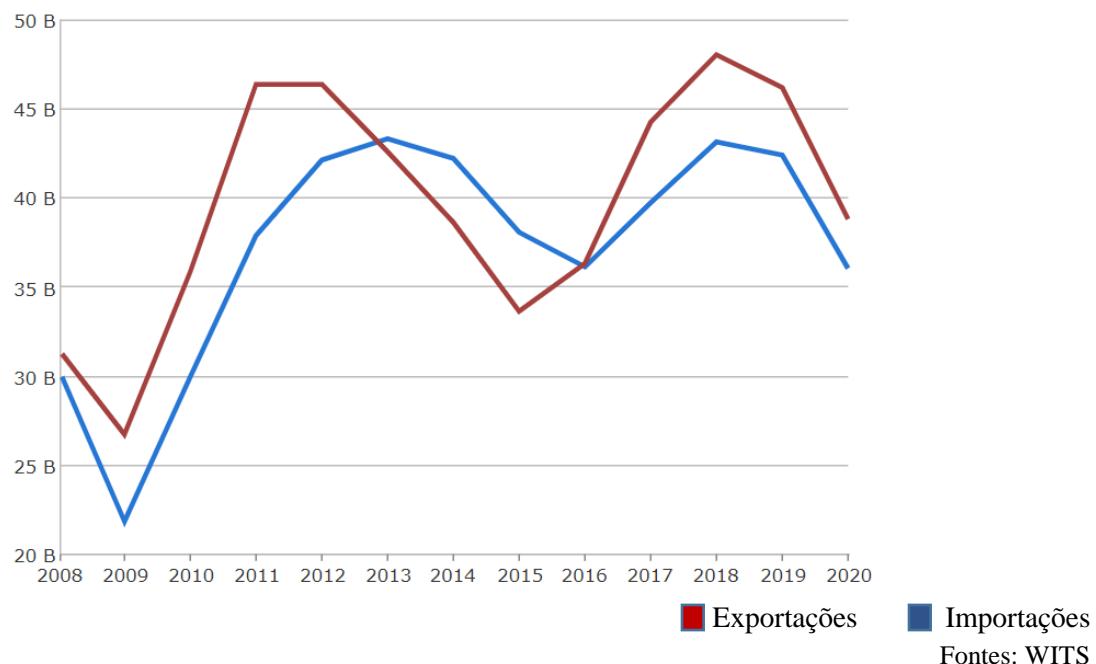
China	\$17,995
USA	\$7,193
Rep. of Korea	\$2,799
Japan	\$2,780
Canada	\$2,740
India	\$2,509
Switzerland	\$1,935
Netherlands	\$1,892
Chile	\$1,711
Spain	\$1,482

China	\$14,612
USA	\$9,562
Brazil	\$3,431
Argentina	\$2,314
Mexico	\$1,891
Chile	\$1,318
Colombia	\$1,194
Germany	\$1,187
India	\$1,111
Japan	\$1,024

Fontes: COMTRADE-ONU

Peru Mundo, Fluxo de Comércio (2008-2020)

Exportações e Importações (USD)



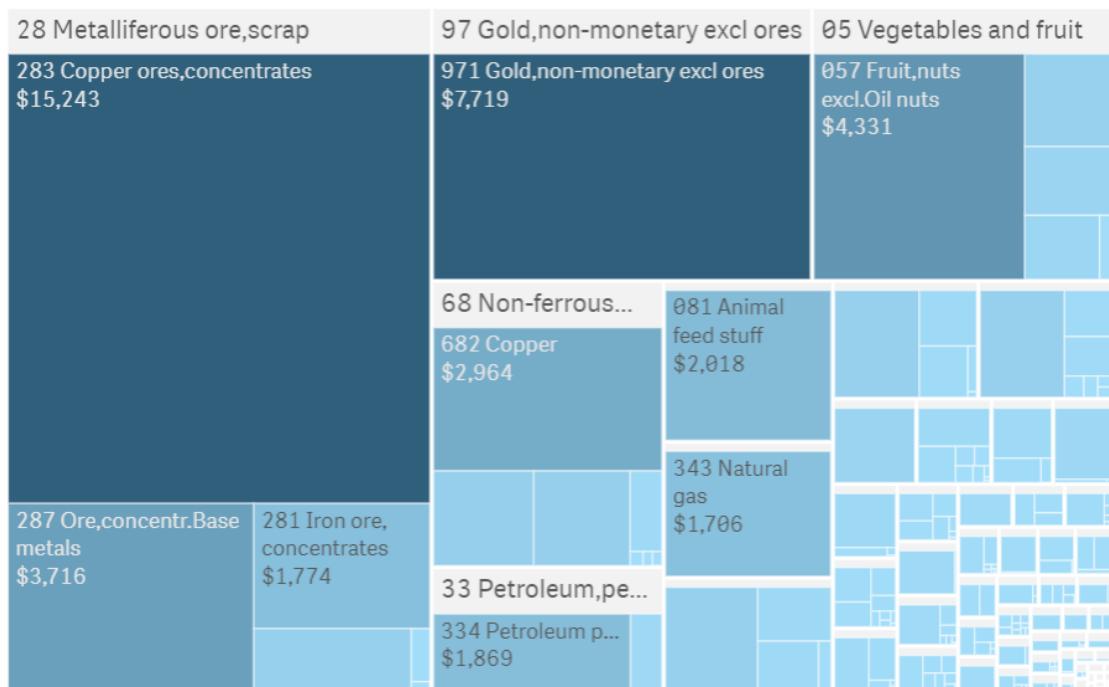
■ Exportações

■ Importações

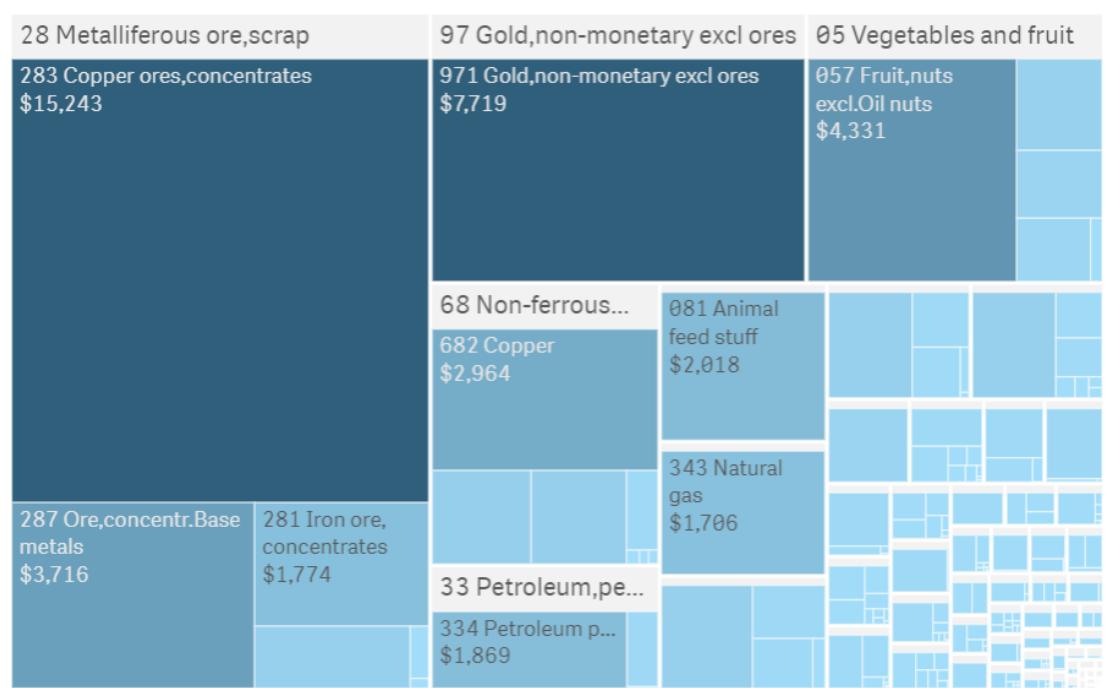
Fontes: WITS

Peru-Mundo, principais produtos comercializados (2021)

Exportações



Importações



Fontes: COMTRADE-ONU